



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP

CNPJ: 43.828.151/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em Reais)

1.	Constituição, objeto social e contexto operacional		2012	2011	
	A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 5.918, em 18 de outubro de 1960, com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo.	Em relação aos passivos: a) Como circulantes os valores exigíveis até o final do exercício seguinte; b) Aqueles que corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a FAPESP foi a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade; c) Os demais passivos como não-circulantes.			
	Os recursos da Entidade são: I - Destinação mínima de um por cento da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (artigo 271, § único da Constituição do Estado de São Paulo de 1989); II - Rendas de seu patrimônio, doações, legados, transferências intergovernamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.	Dessa forma, podemos avaliar decompor, comparar e interpretar e permitir conhecer melhor a situação patrimonial da Entidade e; para atender ao que preceitua a Lei nº 4.320/64 no artigo 105, conferindo viés orçamentário ao balanço patrimonial, já que separa o ativo e passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que os compõem, elaboramos de forma sintética o balanço patrimonial com todos os subistemas contábeis, contemplando os grupos de contas do ativo e passivo financeiro, ativo e passivo permanente e saldo patrimonial, o subsistema de compensação com seus atos potenciais e o demonstrativo do superávit financeiro.			
	2.2.5. Demonstração dos fluxos de caixa	Como mudança e com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da FAPESP e aos usuários da informação contábil, elaboramos o referido demonstrativo pelo método direto (caixa) considerado ideal para o setor público, com base nos dados fornecidos pela gerência financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 - Recursos próprios e fonte 5 - Recursos vinculados do Governo Federal) e das transferências financeiras do Governo do Estado (Fonte 1 - Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento. Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria nº 42/99 (Federal), em especial a funcional 19 - Ciência e Tecnologia.			
	2.2.1. Critérios de elaboração	Elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação do direito financeiro (Lei nº 4.320/64), da Lei Complementar nº 101/2000 e adequações às normas e procedimentos em perfeito alinhamento com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCT 16) - pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resoluções CFC nº 1128 a 1137/2008, 1111/2007 e 1367/2011 (apêndices a Resolução CFC nº 750/93).			
	a. Apresentação dos demonstrativos:				
	2.2.1. Balanço orçamentário	A evidenciação dos fluxos de caixa nos permite ter uma visão geral da situação das finanças da Entidade, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura do caixa.			
	Elaborado de acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (anexo 12) e adequado às novas normas contábeis, evidenciando a origem e aplicação por fonte de recursos (1-Tesouro, 4 - Recursos Próprios e 5 - Recursos Vinculados do Governo Federal), a previsão e dotação inicial e as respectivas atualizações ocorridas no exercício, liquidadas e pagas por conta da execução orçamentária do exercício. Não houve, no período, receitas e despesas intra-orçamentárias, bem como a utilização do superávit financeiro. O Resultado Geral Orçamentário apresenta um Déficit da Execução Orçamentária na ordem de R\$ 893.844.657,73, gerado pelo Repasse Obrigatório por Lei no mesmo montante, não considerado como Receita Orçamentária para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000. Isto se deve, pela alocação dos Recursos do Tesouro do Governo do Estado, consignados na Lei do Orçamento somente na Despesa Orçamentária, gerando o desequilíbrio, não representando irregularidade. Caso fosse computado o Repasse Financeiro como receita, o Resultado da Execução Orçamentária seria nulo. As alterações orçamentárias ocorreram por:	Atividades operacionais			
	Abertura de crédito adicional suplementar	A redução da geração de caixa líquida das atividades operacionais em 2012, no valor de R\$ 70,1 milhões, foi decorrente do baixo rendimento das aplicações financeiras e aumento dos desembolsos com auxílios financeiros a bolsistas e pesquisadores.			
		Atividades de investimentos			
		A geração de caixa líquida das atividades de investimentos em 2012 foi também negativa no valor de 4,6 milhões em decorrência dos pagamentos efetuados relativos ao exercício atual e anterior.			
		2.2.6. Da comparabilidade de períodos			
		A FAPESP está apresentando a comparabilidade dos seguintes demonstrativos:			
		Balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais e da demonstração do fluxo de caixa com o exercício anterior. A mudança de critério permite que a Entidade possa analisar o comportamento estático (vertical) e ao longo do tempo (horizontal) das flutuações positivas e negativas. Fortaleceu, ainda, a credibilidade das informações contábeis e financeiras, facilitou o acompanhamento e comparação da situação econômica, financeira e patrimonial, mostrando com clareza o desempenho da Entidade, mantendo, enfim, um fluxo de informações de qualidade. Possibilita ainda, a comparação com outras Entidades semelhantes.			
		3. Resumo das principais práticas contábeis			
		Os créditos e as obrigações estão a valores históricos até a data do fechamento do balanço.			
		a) Caixa e equivalente de caixa			
		Os equivalentes a Caixa são as disponibilidades bancárias à vista e investimentos em aplicações de liquidez imediata (diária) e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O saldo de caixa existente foi depositado em conta movimento.			
		b) Créditos no circulante			
		Adiantamento de férias			
		Valores pagos que serão baixados quando da contabilização da folha de pagamento.			
		Almoxarifado			
		Corresponde aos bens de consumo existentes no final do exercício conforme Inventário. A avaliação é feita pelo preço médio ponderado das compras, obedecendo ao artigo 106, inciso III, da Lei nº 4.320/64.			
		Prêmios de seguros antecipados			
		Valor dos seguros pagos, mas não incorridos que beneficiarão o exercício seguinte.			
		Assinaturas de revistas e jornais			
		Valor das assinaturas de revistas e periódicos que contribuirão no exercício subsequente.			
		Outros créditos a receber			
		Valor referente a aluguéis a receber no exercício seguinte, depósitos de terceiros em garantia de contratos de serviços e ressarcimento de despesas com passagens aéreas com empresa contratada.			
		c) Não circulante			
		Créditos a receber			
		Valor a receber da União decorrente de ganho de Ação Ordinária de Repetição de Indébito (IOF) junto à Justiça Federal contra a União, conforme Ofício Requetório nº 2012000093.			
		Investimentos			
		Estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescidos da reavaliação realizada no exercício de 2012 e, como se trata de imóveis que geram receitas para a Entidade, foi aplicada a depreciação no exercício de 2012.			
		Imobilizado			
		Estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da reavaliação realizada no exercício de 2012.			
		Depreciação acumulada			
		Foi constituída a partir de 1º de janeiro de 2010 sobre todas as contas suscetíveis de aplicação da depreciação nos ativos investimentos (imóveis locados) e imobilizado. O critério para a fixação da taxa foi a usual com base na tabela do Decreto Federal nº 3000/99 - RIR e o método utilizado foi o linear.			
		Intangível			
		Está demonstrado pelo custo de aquisição.			
		Amortização acumulada			
		Foi constituída a partir de 1º de janeiro de 2010, recaindo sobre Sistema de Apoio a Gestão - SAG e de propriedade da FAPESP. O critério para a fixação da taxa com base na estimativa de vida útil econômica do bem e uso da Tabela do Decreto Federal nº 3000/99 - RIR e o método para o cálculo do encargo foi a de quotas constantes.			
		d) Provisão de férias e encargos sociais			
		Com a finalidade de atender o princípio da competência, foi efetuado o registro contábil do direito adquirido de fruição de férias dos funcionários da entidade.			
		Os valores relativos à férias devidas aos empregados (inclusive os cedidos) estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo, com base na folha de pagamento.			
		e) Despesas com bolsas e auxílios a pesquisadores			
		As despesas com auxílios para pesquisa são reconhecidas quando do efetivo desembolso, coincidindo a solicitação do recurso pelo pesquisador e a respectiva liberação financeira. Já as bolsas de estudo são reconhecidas pela competência, pois são elaboradas no mês e pagas no mês subsequente.			
		4. Receitas diferidas - Convênios e recursos próprios			
		Para atender ao artigo 13 do Decreto nº 58.535, de 09 de novembro de 2012, efetuamos o diferimento das Receitas em 31/12/2012 na seguinte ordem:			
		Convênios com o Governo Federal			
		FINEP/PAPPE	10.564.808	12.229.754	
		CNPq/PRONEX 2	4.431.587	6.728.304	
		CNPq/PRONEX 2 IMPORT	2.265.686	3.187.752	
		FINEP Subvenção	67.203.886	62.567.080	
		CNPq/PP SUS 08/09	2.258.137	3.897.993	
		CNPq/PRONEX 2010	4.720.245	9.302.749	
		CNPq/PPP 2010	6.369.878	5.930.381	
		PP-SUS 2011	4.802.128	-	
		Sub Total	102.616.355	103.844.012	
		Outros Convênios			
		Sec/Condephaat	842.785	552.594	
		Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	1.989.664	1.461.342	
		Vale do Rio Doce	6.121.901	7.675.188	
		Microsoft	763.914	1.713.919	
		Sabesp	1.170.039	990.208	
		Agilent	80.019	357.241	
		Microsoft 2011	2.047.748	-	
		Fapesp x FFM-USP	10.595.628	-	
		Fapesp x IGC-USP	150.598	-	
		Sub Total	23.762.296	12.750.492	
		Total	126.378.650	116.594.504	
		Recursos Próprios			
		Receita Própria	169.686.684	253.606.164	
		Total	169.686.684	253.606.164	
		5. Do superávit financeiro			
		No demonstrativo do superávit financeiro do exercício consta:			
			2012	2011	
		Ativo Financeiro	993.861.250	1.067.309.690	
		(-) Passivo Financeiro	33.237.471	30.470.229	
		(=) Superávit Financeiro	960.623.779	1.036.839.461	
		Evidenciação do excesso de recursos financeiros que poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.			
		6. Bancos conta movimento			
		Demonstração dos saldos das contas bancárias - conta movimento em 31/12/2012:			
			2012	2011	
		Banco Santander S.A.	3.565	5.481	
		Banco do Brasil S.A. - Siscomex-Ag. Governo	32.122	71.554	
		Banco do Brasil S.A. - Importação	200	200	
		Banco do Brasil S.A. - Ag. Lapa	102.291	116.192	
		Banco do Brasil S.A. - Ag. USP	200	200	
			138.378	193.627	
		7. Aplicações financeiras			
		Demonstração dos saldos das aplicações financeiras em 31/12/2012:			
			2012	2011	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio SABESP	1.170.039	990.208	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio SEC/CONDEPHAAT	842.785	552.594	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PAPPE-PIPE III	10.564.808	12.229.754	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FUND.Mª C.S.VIDIGAL	1.989.664	1.461.342	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PRONEX II	4.431.587	6.728.304	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FAPESP/VALE	6.121.901	7.675.188	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PP SUS 08/09	2.258.137	3.897.993	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FINEP Subvenção	67.203.886	62.567.080	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio MICROSOFT	763.914	1.713.919	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Próprio	727.275.848	822.564.948	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Exclusivo - Agência Lapa	136.664.009	125.898.273	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo BB - Curto Prazo	1.919.836	1.901.593	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo PRONEX II IMPORTAÇÃO	2.265.686	3.187.752	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PRONEX 2010	4.720.245	9.302.749	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PPP 2010	6.369.878	5.930.381	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio AGILENT	80.019	357.241	
		Banco do Brasil S.A. - Cartão Pesquisa - Diferenciado	21.043	-	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PP SUS 2011	4.802.128	-	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio MICROSOFT 2011	2.047.748	-	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FAPESP/FFM - USP	10.595.628	-	
		Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FAPESP/IGC - USP	150.598	-	
			992.259.386	1.066.959.317	
		8. Investimentos			
		O subgrupo de investimentos é constituído de edifício, garagens e obras de arte, conforme quadro abaixo. Como fato relevante no exercício de 2011 foi alienado de parte dos edifícios para renda e a totalidade dos terrenos para a Universidade de São Paulo, pelo valor de R\$ 63.523.750 gerando um ganho de capital de R\$ 34.018.562 equivalente em termos percentuais a 112,58 %. Em conformidade com o artigo 44 da Lei Complementar nº 101/2000, o produto derivado da alienação dos bens será aplicado em despesas de capital.			
		a) Composição:			
			2012	2011	
		Taxa a.a (%)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
			Custo	Saldo líquido	
		Imóveis para renda	4%	11.070.000 (332.100)	10.737.900 5.597.600
		Garagens para renda		900.000	900.000 568.000
		Obras de arte		5.000	5.000 5.000
			11.975.000 (332.100)	11.642.900 6.170.600	
		b) Movimentação:			
				Saldo	
		Saldo em 31/12/2011		6.170.600	
		(+) Reavaliação de imóveis para renda		5.976.184	
		(+) Reavaliação de garagens para renda		332.000	
		(-) Depreciação do exercício de 2012		(332.100)	
		(-) Reversão da depreciação acumulada p/fins de reavaliação		(503.784)	
		Saldo em 31/12/2012		11.642.900	